



TEORIA DO ERRO, O PROBLEMA DA OBJETIVIDADE MORAL E FENOMENOLOGIA DO VALOR

EMERSON MARTINS SOARES¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar e analisar criticamente as principais características da teoria do erro de J. L. Mackie, proposta em seu livro *Ethics: Inventing Right and Wrong*. A tese central de sua obra é que não existem valores (morais) objetivos. A partir dessa tese, Mackie propõe explicar a pretensão de objetividade do discurso moral, bem como o elemento categórico e prescritivo dos juízos morais convencionais, sob o ponto de vista do subjetivismo de segunda ordem, isto é, de um subjetivismo metaético, especificamente, do ceticismo ontológico acerca de tais valores. A título de conclusão, fica demonstrado que as críticas de Mackie contra a objetividade dos valores morais não logram êxito.

Palavras-chave: Valores morais objetivos. Subjetivismo. Teoria do erro. Metaética.

THE THEORY OF ERROR, THE PROBLEM OF MORAL OBJECTIVITY, AND THE PHENOMENOLOGY OF VALUE

ABSTRACT

The purpose of this article is to present and critically analyze the main features of J. L. Mackie's theory of error, as proposed in his book *Ethics: Inventing Right and Wrong*. The central thesis of his work is that there exist no objective (moral) values. Based on this thesis, Mackie proposes to explain the objectivity of the moral discourse, as well as the categorical and prescriptive element of conventional moral judgments, from the viewpoint of second order subjectivism, i.e., a meta-subjective subjectivism, specifically, the ontological skepticism about such values. In conclusion, it is shown that Mackie's criticisms against the objectivity of moral values do not stand.

Keywords: Objective moral values. Subjectivism. Theory of error. Metaethics.

A teoria do erro de Mackie J. L. Mackie, em seu livro *Ethics: inventing Right and Wrong*², afirma que a ética, entendida enquanto disciplina filosófica pode ser dividida em dois domínios principais que se diferenciam quanto à natureza das questões que discutem. O filósofo pode abordar questões éticas normativas, colocando em causa que tipo de ações são corretas ou incorretas, justas ou injustas, que traços de caráter devemos buscar, no que consiste a virtude e o que a distingue do vício, qual o status do bem, da justiça e assim por diante; bem como pode também respondê-las propondo critérios normativos, como o dever, o prazer, as consequências, etc. Estas, nos diz Mackie, são questões de primeira ordem, em que o filósofo estabelece o conteúdo da ética. Por outro lado, também podemos levantar questões a respeito do estatuto semântico, epistemológico, ontológico e metafísico desse mesmo conteúdo. O filósofo pode, então, questionar a respeito da existência objetiva dos valores morais e dos critérios morais, bem como negar a possibilidade epistemológica de justificação desse conteúdo, negar a existência de fatos morais ou ainda afirmar a existência de tais fatos, etc. Nesse domínio, Mackie volta a nos dizer, o filósofo faz questões de segunda ordem, questões de metaética que analisam o status da ética bem como a linguagem dos enunciados morais. A abordagem da teoria do erro de Mackie consiste, então, em uma abordagem a questões de segunda ordem da ética.

Em seu livro, *Ethics*, o autor propõe o que ele chama de *ceticismo moral*, que nada mais é do que a tese negativa de segunda ordem a respeito da ética acerca da não existência de valores (morais) objetivos. Aliás, é exatamente com a

² MACKIE, J. L. Penguin Books: New York, 1990. Daqui em diante apenas *Ethics*. Cotejo a tradução em espanhol feita por Tomas Fernández Aúz, Madrid: Gedisa, 2000. E também a versão em português do primeiro capítulo da obra intitulado *A Subjetividade dos Valores*, disponível em <http://criticanarede.com/subjvalores.html>.

¹ Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeL).

famosa afirmação de que “não há valores [morais] objetivos”³ que Mackie inicia seu livro. Para o autor, a tese de que valores morais não são objetivos, ou seja, de que tais valores não fazem parte da estrutura própria do mundo para que possamos apreendê-los assim como podemos compreender, de forma análoga, as leis da física, da biologia, bem como os elementos químicos, etc., inclui todos os juízos morais e não apenas questões relativas à bondade moral, ou seja, todo e qualquer juízo moral prescritivo. Todavia, a asserção ou tese de Mackie de que “não há valores objetivos” não inclui apenas os valores morais, mas também inclui valores nomeadamente estéticos, ou seja, questões referentes ao belo e aos vários tipos de mérito artístico. A tese do referido autor é considerar os valores como não sendo uma exclusividade apenas da ética: para ele outras áreas do saber também possuiriam valores e também nessas áreas a objetividade de tais valores seria de crucial importância, pois como afirma Mackie, uma vez que a objetividade é considerada, as mesmas observações valem tanto para valores estéticos quanto para valores morais, pois ambas teriam valores com o mesmo status e a mesma pretensão de objetividade. Acontece que uma discussão séria sobre a objetividade dos valores estéticos só não ocorre porque estes trazem uma problemática menos urgente do que a problemática da ética. O que não atenua o fato de que tanto a moral como a estética estão no mesmo barco ou são como que dois lados de uma mesma moeda: ambas não possuem valores objetivos na visão de Mackie.

O ceticismo moral de segunda ordem que Mackie propõe pode ser também chamado de *subjetivismo*; porém, a ideia de subjetivismo, termo que pode ser usado como alternativa para a ideia de ceticismo moral apresentado conforme o autor, diz respeito a questões de segunda ordem da ética, mais especificamente, diz respeito acerca de uma ontologia dos valores morais, e não pode ser, sob

³ MACKIE, 1990, p. 15.

hipótese alguma, comparada com o subjetivismo moral de primeira ordem, que é aquele cuja doutrina reza que os juízos morais de um homem apenas expressam sua própria postura – são válidos apenas para o sujeito que os aceita. Tal doutrina diz ainda que os juízos morais não podem ser provados ou demonstrados como verdadeiros, assim como as afirmações científicas o podem; e, como consequência, diz também que não há fatos morais porque no mundo existem apenas coisas e fatos de que tratam as ciências naturais, não existindo, então, coisas como fatos morais.

Cabe ressaltar que a tese de Mackie não pode ser confundida com o subjetivismo moral de primeira ordem, porque sua tese se distingue de tal tipo subjetivismo moral em dois aspectos. Primeiramente, sua tese é uma doutrina negativa, e não positiva: ela diz sobre o que não existe, isto é, valores objetivos, tanto morais quanto estéticos. E também é uma teoria ontológica, não linguística ou conceitual, não tendo, segundo o autor, nada a ver com o significado dos enunciados morais, mas apenas com sua ontologia. Assim, o ceticismo moral proposto pelo autor – a negação da existência de valores morais objetivos –, não deve ser confundido com nenhuma das visões normativas de primeira ordem ou com qualquer análise conceitual ou linguística.

A partir das distinções delineadas acima, fica claro que a teoria proposta por Mackie busca desenvolver uma resposta que explique a equivocada pretensão de objetividade do discurso moral e o elemento categórico e prescritivo dos juízos morais convencionais sob o ponto de vista do subjetivismo, especificamente do ceticismo ontológico acerca de tais valores.

Passemos, pois, aos elementos básicos da teoria proposta por Mackie. Como já mencionado acima, Mackie começa seu livro, bem como sua exposição acerca do que convencionou chamar de *teoria do erro* (*Theory of Error*), com sua

célebre frase a qual afirma que “não há valores [morais] objetivos”⁴. O que significa então a tese de que *não* existem valores (morais) objetivos? Mackie não quer dizer que não há qualquer diferença entre, por exemplo, ações boas ou ações más. Os comportamentos, bem como as coisas que acontecem no mundo, são de fato parte da estrutura do mundo e, portanto, existem diferenças objetivas entre estas, mas tais diferenças são apenas descritivas entre o que se pode considerar uma ação boa ou má. O ponto importante a ser destacado aqui é que a objetividade não se confunde com intersubjetividade, nem com universalidade. Para o autor, dizer que há valores objetivos não seria meramente dizer que haja algumas coisas valorizadas por todos, nem que aquilo acarrete isto, pois poderia existir acordo na valoração e tal concordância subjetiva teria como resultado valores intersubjetivos e não objetivos, porque intersubjetividade não é equivalente à objetividade. Tampouco a universalidade deve ser entendida enquanto objetividade, porque caso alguém queira universalizar seus juízos ou louvores morais prescritivos, tais juízos prescritivos seriam apenas as atividades deste sujeito e nada além disso; portanto, ainda que eles possam ser universalizáveis de certo modo, isso não os torna objetivos.

Podemos elencar agora então as quatro principais características da *teoria do erro* conforme proposta por Mackie, são elas:

1. Um enfoque de segunda ordem relacionado com o entroncamento categorial dos valores morais e com a natureza da valoração moral, associado ao modo e lugar de seu encaixe no mundo e a negação da existência de valores morais objetivos;

2. Um subjetivismo que não está comprometido com o subjetivismo semântico, ou seja, um subjetivismo no sentido amplo e não uma doutrina do significado, e que, neste sentido não se identifica com o não cognitivismo;
3. O reconhecimento de que o ceticismo moral é contraintuitivo, pois a análise do discurso moral ordinário revela uma crença implícita na objetividade dos valores morais, neste aspecto há uma identificação com o cognitivismo na explicação semântica;
4. Uma aproximação do não cognitivismo ao reconhecer que os valores objetivos em questão possuem intrinsecamente a qualidade de orientar a ação ou gerar motivação, reconhecimento que indiretamente o compromete com o internalismo motivacional.⁵

A partir dessas considerações a respeito da *teoria do erro* de Mackie, podemos entender que o ceticismo ou subjetivismo moral do autor, independentemente de como resolvermos chamá-lo, distingue-se de teses que negam a realidade de fatos morais (tais como o mencionado não cognitivismo) em dois aspectos cruciais. Primeiro, ele parte de uma doutrina negativa: tal doutrina diz o que não é o caso (os valores não são objetivos); e diz o que não são as proposições morais e o que não existe (elas não são entidades, qualidades ou relações); em segundo lugar, a proposta de Mackie é de uma doutrina ontológica: não é uma doutrina de análise do significado dos termos morais, embora, para ser plausível, também ofereça tal explicação do significado – porém este é o desenvolvimento da teoria e não seu o núcleo, como o autor é enfático em afirmar – e, de fato, sob o ponto de vista da análise semântica identifica-se com o cognitivismo, mas esse não é seu objetivo central. A pretensão de Mackie é que,

⁴ Idem, p. 15

⁵ FERREIRA, 2010, p. 366.

ao dizer o que é uma moral, ele estaria dando todo o significado possível de bem.⁶

Ele vai além ao dizer que a tese segundo a qual valores não são objetivos, não fazem parte da estrutura do mundo, é concebida de forma a incluir não apenas a bondade moral, que poderia ser mais naturalmente identificada com o valor moral, mas também outras coisas que poderiam ser chamadas, num sentido mais fraco, de valores ou desvalores morais – retidão e erro, dever, obrigação, o fato de uma ação ser corrupta e desprezível, etc.⁷ Assim, pois, a pretensão de Mackie é concluir que o discurso moral é cognitivamente significativo, isto é, tem natureza representacional, mas é, na pior das hipóteses, sistematicamente falso ou, na melhor das hipóteses, implausível. Ao final, sua tese é o que se convencionou chamar uma *teoria do erro* porque afirma que, embora a moralidade possa – e deva – ser reconhecida na sua fenomenologia, as pessoas cometem um erro ao não perceber a falsidade de seus fundamentos, isto é, a pretensão de objetividade de seus juízos morais. E, conseqüentemente, neste caso cometem outro erro ao não perceber que apoiam suas crenças numa categoria vazia.⁸

Os argumentos da estranheza e da relatividade dos valores: algumas considerações

Fica claro então que *teoria do erro* de Mackie é uma negação dos valores morais objetivos quando diz que “embora a maioria das pessoas, ao formular juízos morais, implicitamente afirme, entre outras coisas, apontar a algo objetivamente prescritivo, essas afirmações são todas falsas”. (MACKIE, 1990, p. 35) Assim, para apoiar sua tese, Mackie lança mão de dois tipos de argumento (cuja função é fornecer o núcleo de sua tese), quais sejam: o argumento da *estranheza* (ou

peculiaridade) e o argumento da *relatividade*. Segundo Mackie, embora sejam argumentos distintos, ambos podem ser complementados de várias maneiras.

Iniciemos com o argumento da relatividade. Para Mackie as diferenças radicais que encontramos entre juízos morais de primeira ordem tornam muito difícil tratar tais juízos como apreensões de verdades objetivas. Segundo Mackie,

O argumento da relatividade tem como premissa a conhecida variação de códigos morais de uma sociedade para outra e de um período para outro, e também as diferenças de crenças morais entre diferentes grupos ou classes dentro de uma mesma comunidade complexa. (MACKIE, 1990, p. 37)

Pois para ele tal relatividade pode indiretamente apoiar o ceticismo moral de segunda ordem, o qual está defendendo.

Mas não é a mera discordância que atua contra a objetividade moral. Segundo Mackie, a diversidade de códigos morais, a variação entre estes mesmos códigos dentro de uma mesma sociedade e até mesmo a discordância sobre tais códigos morais é, para ele, o mero reflexo da adesão e participação das pessoas em vários modos de vida. Os códigos morais são como meros reflexos dos modos de vida das pessoas, o que aponta para uma inexistência de valores morais objetivos, porque os juízos morais são meramente subjetivos e meros reflexos do modo de vida no qual a pessoa está inserida. Assim, qualquer pretensão de objetividade e universalidade de tais juízos é inadequada. Conforme Mackie

O argumento da relatividade tem alguma força simplesmente porque as reais variações dos códigos morais são explicadas de forma mais fácil por meio da hipótese de que refletem modos de vida do que por meio da suposição de que expressem percepções de valores objetivos, a maioria das quais é seriamente inadequada e terrivelmente distorcida. (MACKIE, 1990, p. 37)

Portanto, o que Mackie faz é negar o objetivismo, mas ele precisa do valor objetivamente compreendido para chamá-lo de falso, o que torna sua tese, ao menos, contraproducente, pois ele assume, ao menos linguisticamente, a possibilidade de existência de valores morais objetivos, para então rejeitá-los. Talvez, se Mackie tivesse optado por considerar os valores morais como sendo *sem sentido*, pudesse escapar de tal crítica, pois poderia argumentar que os objetivistas atribuem sentido a algo que não o possui.

⁶ Cf. DUTRA, 1998, p. 514.

⁷ Cf. MACKIE, 1990, p. 15

⁸ Cf. DUTRA, 1998, p. 515.

Passemos agora ao argumento da estranheza (ou peculiaridade), que é, para Mackie, mais importante e mais amplamente aplicável do que o argumento da relatividade. O argumento possui duas partes, uma metafísica e outra epistemológica. A parte metafísica diz que se existissem valores morais objetivos, então deveriam existir entidades, qualidades ou relações que seriam de um tipo realmente muito estranho e completamente diferente de qualquer outra coisa que exista no universo. Já a parte epistemológica do argumento diz que, de forma correspondente, se estivéssemos conscientes desses valores morais objetivos, isto se daria pelo fato de possuímos alguma faculdade de percepção moral especial ou intuição completamente diferente de nossos modos comuns de conhecer todas as demais coisas.⁹

O argumento da estranheza como proposto por Mackie é um dos mais importantes para sua teoria. De acordo com esse argumento, para sustentar sua posição, o objetivista postula entidades e aspectos valorativos de tipos completamente diferentes daqueles a que estamos familiarizados. E como não há nenhuma faculdade cognitiva capaz de percebê-los, o objetivista se vê, na imensa maioria dos casos, obrigado a afirmar que possuímos algo como uma *intuição moral* ou mesmo um *senso moral* capaz de apreender tais entidades, que seriam bastante estranhas em relação àquilo com o que estamos habituados.¹⁰

Para Mackie, qualquer coisa que supostamente tivesse alguma qualidade moral objetiva deveria estar ligada a características naturais. Mackie se pergunta qual é a relação entre uma ação e o fato moral de que tal ação seja, digamos, errada? Segundo ele, não pode ser uma relação lógica ou semântica, porque não acontece que as duas características ocorram juntas. A qualidade de ser errada deve ser consecutiva ou superveniente à ação que a sucede, ou seja, é errada porque tal ação é errada. Tal ação não possui outras propriedades superiores que não sejam suas propriedades naturais, pois caso contrário, como poderíamos distingui-las? Assim, essa suposta qualidade moral é meramente subjetiva e se relaciona causalmente à detecção de características naturais da ação.

Quanto à parte epistemológica do argumento de Mackie, que é aquela que diz que se caso estivéssemos conscientes desses valores morais objetivos, isto se daria pelo fato de possuímos alguma faculdade de percepção moral especial ou intuição completamente diferente de nossos modos comuns de conhecer todas

⁹ Cf. MACKIE, 1990, p. 38.

¹⁰ Cf. *Idem*, p. 39.

as demais coisas. Mackie diz que quando fazemos a inconveniente pergunta de “como podemos estar cientes da sólida prescritividade dos juízos morais, da verdade dessas premissas éticas particulares ou da cogência desse padrão de racionalidade ética particular?” (MACKIE, 1990, p. 40), nenhuma de nossas explicações, seja de percepção sensorial, ou introspecção, ou ainda de inferência ou construção lógica, ou mesmo análise conceitual, nos fornece uma resposta satisfatória. Isto porque, segundo o autor, “um tipo especial de intuição é uma resposta claudicante, mas é a única à qual o objetivista esclarecido está inclinado a recorrer”. (MACKIE, 1990, p.41).

Portanto, segundo Mackie, o ceticismo moral tem que tomar a forma de uma *teoria do erro*, reconhecendo assim que uma crença em valores objetivos é constituída no pensamento e na linguagem moral comum. Porém, o que a *teoria do erro* afirma é que essa crença arraigada no senso comum é nomeadamente falsa. Para corroborar isso, há a tese da variabilidade ou relatividade de pontos importantes do pensamento moral e sua dependência em relação aos modos de vida reais daqueles que julgam emitir juízos prescritivos válidos de forma objetiva e universal. Também há o que ele chama de peculiaridade metafísica dos supostos valores objetivos e a questão de como tais valores poderiam ser consecutivos com respeito a certos aspectos naturais, ou supervenientes a eles. Há ainda, conforme Mackie, a dificuldade epistemológica de explicar nosso conhecimento das entidades de valor ou de suas características.¹¹ Porém, devido ao tempo e espaço de que dispomos, não entraremos em tais questões contentando-nos apenas em analisar neste ponto os argumentos da estranheza e da relatividade que são, aliás, os mais importantes para a teoria de Mackie e são exatamente os pontos sob os quais nossa crítica focar-se-á.

Mas porque deveríamos concordar com Mackie a respeito da estranheza dos valores morais? Quero dizer, se a moral realmente existe, por que alguém deveria esperar sua igualdade a outros tipos de coisas? Parece que Mackie culpou os valores morais por não se comportarem como os objetos físicos. Porém, este é um exemplo absurdo de determinação de culpa, isto é, se os valores morais não são objetos físicos, por que então supor que as pessoas deveriam esperar que os valores morais tivessem semelhança com objetos físicos? Caso Mackie esteja correto em seu ponto de vista, então um grande número de entidades tais quais

¹¹ Cf. *Idem*, p. 38-41.

números, pessoas, as leis da lógica, os universais, conjuntos e qualquer outra entidade não física estariam perdidos por serem estranhamente extravagantes.¹² Outra crítica que pode ser feita a Mackie é a seguinte: parece ser inevitável a suposição de que uma objetividade, ao menos do agente, já está presente na própria articulação da tese de Mackie. Conforme diz John Finnis:

Esta é a teoria de Mackie acerca da objetivação: supostamente qualidades objetivas de atos, estados de coisa, etc., são, em realidade, apenas a projeção de sentimentos e desejos. Mackie entende que sua teoria é verdadeira; ele afirma a proposição ou proposições que acabo de citar. Ora, a minha citação foi composta por um conjunto de sons no ar, marcas nessa página; esses sons ou essas marcas foram destinados a ter um significado, e, de fato, tiveram o significado daquela proposição. No entanto, as intenções são *totalmente* diferentes de qualquer outra coisa no universo. E a relação entre a expressão e a proposição, a relação que chamamos de significado, é totalmente diferente de qualquer outra no universo. E aquela qualidade da proposição que consideramos ser a sua veracidade é (qualquer que seja o nosso entendimento sobre a verdade) totalmente diferente de tudo o mais no universo. (FINNIS, 2012, p.59-60)

Talvez essa objetividade inevitavelmente pressuposta nas proposições de Mackie, possa dar suporte a uma teoria da objetividade moral aos moldes clássicos, como é o caso da teoria de John Finnis.¹³

Ainda segundo Finnis, se formos considerar entidades, qualidades e relações apenas as presentes nas teorias físicas, químicas, etc., então estaremos inclinados a dizer que as intenções, os significados e a verdade representam algo estranho para nós e que a sua compreensão representa algo diferente do observar, pesquisar, medir, etc., e que é melhor que a pessoa atribua a esse compreender e a esse ajustar um rótulo de faculdade especial da intuição, o que é altamente complicado. Assim, qualquer projeto que pretenda explicar a intenção e a sua compreensão ou o significado e a sua compreensão ou também a verdade e a sua avaliação, é um projeto manifestamente arbitrário e autorrefutável. Porque o mundo em que nós intencionamos, buscamos significados e afirmamos proposições verdadeiras e falsas é mais estranho do que aparenta ser para um

¹² Cf. MORELAND; CRAIG, 2003, p. 485.

¹³ Por falta de tempo e espaço bem como por não ser este o objetivo principal do presente trabalho, não abordarei aqui a teoria ética de John Finnis. Não obstante, para os interessados em compreender a teoria ética de Finnis, ver FINNIS, J. *Natural Law and Natural Rights*. Oxford: Oxford University Press, 2013. Além da obra contida na bibliografia logo abaixo.

gato que percebe uma tigela de leite e a bebe, porque é mais diversificado em seus aspectos fundamentais e nas suas qualidades e relacionamentos.¹⁴

Assim, quando encontramos alguém relutante, como Mackie, em aceitar que a bondade poderia “pertencer” a certos estados de coisas, porque fica, no seu caminho, a pergunta em branco “O que é esta pertença?”, devemos perguntar-lhe se esta pertença é um pouco mais misteriosa do que o “pertencer” das intenções aos atos, do significado às expressões, da verdade ou falsidade ou da demonstrabilidade às proposições... Alguma imagem ou modelo sobre a pertença de propriedades naturais em objetos naturais fica na frente do seu caminho. Da mesma forma, uma imagem ingênua de relações causais fica no seu caminho quando ele pergunta (acerca do juízo “isso é errado porque é cruel”): “O que, no mundo, é representado por meio desse ‘porquê?’”. Podemos e devemos responder que o relacionamento representado por meio desse “porquê” não está nem menos nem mais “no mundo” que aquele representado pelo “porquê” no “Ele deveria afirmar a conclusão desse argumento porque suas premissas são verdadeiras e suas inferências válidas” ou “A conclusão deve ser verdadeira porque as premissas são verdadeiras e as inferências válidas”. (FINNIS, 2012, p. 60-61)

Então, em cada caso, Mackie não consegue acomodar as noções mais simples e nem mesmo os fatos mais simples sobre a intenção, o significado e os fatos-verdade que são instanciados por cada uma das suas próprias afirmações. Portanto, nós podemos dizer que seu argumento acerca da estranheza dos nossos juízos morais e acerca das faculdades especiais relacionadas com tais juízos falha em fornecer boas razões para duvidar da objetividade ou da veracidade de tais juízos.

A crítica de Blackburn à teoria do erro

Por fim, há ainda uma crítica a ser feita a *teoria do erro* de Mackie. Segundo Mackie, como vimos, o usuário comum da linguagem moral quer reivindicar algo que não pode ser alegado sem erro: ele quer reivindicar “algo que envolve uma chamada para ação ou para a abstenção da ação, e uma que é absoluta, não subordinada a qualquer desejo ou preferência política ou escolha, seja a sua própria ou de qualquer outra pessoa” (MACKIE, 1990, p. 33). Alguém moralmente perplexo pode querer saber se um curso de ação é errado em si mesmo e o que

¹⁴ Cf. FINNIS, 2012, p. 60.

no conceito objetivista que usamos diariamente está errado. Pois, de acordo com Mackie, juízos ordinários incluem uma suposição de que existem valores objetivos, em um sentido em que ele nega que existam. Esta é uma suposição que está entranhada o suficiente para contar como parte do significado de termos morais comuns, mas seria falsa.

Entretantes, segundo Simon Blackburn¹⁵, Mackie não pensou a respeito das consequências que se poderia esperar a partir desta posição. Para ele, se algum tipo de vocabulário, como o vocabulário moral, incorpora um erro, então seria melhor se o mesmo fosse substituído por outro vocabulário que evitasse o erro em questão. Isto é, se um vocabulário incorpora um erro em algum de seus usos, seria melhor se ou tal vocabulário fosse utilizado de forma diferente ou outro em substituição a esse fosse adotado. Nossos velhos e infectados conceitos morais ou formas de pensamento devem ser substituídos por outros que servem às nossas necessidades, mas devem sempre evitar o erro. No entanto, Mackie não diz como que tal forma de pensamento deveria se parecer. Pelo contrário, na segunda parte do seu livro, Mackie expressa um grande número de pontos de vista morais simples, tais quais sobre o que é a vida boa, sobre se é permitido cometer suicídio ou mesmo aborto, suicídio assistido e assim

¹⁵ BLACKBURN, 1985, p.1. O projeto filosófico do britânico Simon Blackburn é denominado, conforme o termo cunhado pelo próprio autor, de *quasi-realismo*. Contudo seu projeto não é somente de um *quasi-realismo*, mas de um *quasi-realismo* projetivista ou ainda de um projetivismo *quasi-realista*. Começemos pelo projetivismo. Projetivismo é a filosofia avaliativa que diz que propriedades avaliativas são projeções de nossos próprios sentimentos, ou seja, emoções, reações, atitudes, aprovações, etc. O *quasi-realismo*, por sua vez, é o empreendimento de explicar porque o nosso discurso tem a forma que tem, em particular, pelo modo de tratar os predicados avaliativos como os outros predicados, se o projetivismo for verdadeiro. Assim, Blackburn pretende explicar e justificar a natureza do parecer realista das nossas conversas sobre avaliações - o modo como pensamos que podemos estar errados sobre os predicados, que há uma verdade a ser encontrada, e assim por diante. Em outras palavras, o *quasi-realismo* é o projeto de explicar como podemos legitimamente dizer coisas como “É verdade que matar é errado”, “É falso que quebrar promessas é a coisa certa a fazer”, “João acredita que matar é errado”, e assim por diante, inclusive se não começarmos com a suposição de que predicados morais se referem a propriedades, ou de que juízos morais expressam crenças ou de que avaliações morais são aptas à verificação de sua verdade. É o projeto de explicar como podemos legitimamente falar como se tivéssemos o direito de supor que predicados morais expressam propriedades, e assim por diante, inclusive se não o tivermos. Para uma explanação e crítica da proposta de Blackburn conferir o capítulo 4 de MILLER, A. *An Introduction to Contemporary Metaethics*. Cambridge: Polity Press, 2003.

por diante. Acontece que todas estas coisas são expressas no antigo vocabulário, aquele supostamente infectado pelo erro e o qual Mackie denuncia. Acontece que ele nota esse problema e diz que “a moralidade não é para ser descoberta, mas para ser feita: temos de decidir quais concepções morais adotar, e quais posturas morais aceitar” (MACKIE, 1990, p.106). Porém, mesmo do ponto de vista de uma *teoria do erro* seria bastante extraordinário que devêssemos fazer tal coisa. Pois, como diz Blackburn:

Por que deveríamos ter que escolher cair em erro? Certamente não seria melhor se nós evitássemos pontos de vista morais (errôneos) por completo, e nos contentáramos com alguns compromissos menores, que podem ser mantidos sem cometermos erros metafísicos? Vamos chamar esses pontos de vista de *moralsh*, e um vocabulário que expressa tais ideias de um vocabulário *moralsh*. O quebra-cabeça é por que, em vista da *teoria do erro*, Mackie nem ao menos indica como um vocabulário *moralsh* se pareceria, e não segue em direção apenas de uma *moralsh*, não em direção a moralizar. E na minha opinião, este é um quebra-cabeça suficiente para lançar dúvidas sob o diagnóstico original de erro. Em outras palavras, seria uma coisa obviamente boba de se fazer tentar substituir algum conjunto de conceitos alegadamente higiênicos por conjuntos morais; mas isso sugere que nenhum erro pode ser incorporado na mera utilização daqueles conceitos. (BLACKBURN, 1985, p. 2, tradução nossa)

Em resposta à crítica de Blackburn, pode ser dito que, contrário às aparências, Mackie não busca por uma moral comum na segunda parte de seu livro, mas sim por uma *moralsh*, isto é, uma concepção moral que evita o erro por ele demonstrado na primeira parte do seu livro e que sua concepção de uma *moralsh* é apenas acidentalmente expressa num vocabulário moral que se parece com aquele que os usuários ordinários da linguagem moral utilizam. E que a identidade entre as formas das palavras nestes vocabulários morais (*moral* comum e *moralsh*) não significa identidade entre conceitos, embora haja suficiente sobreposição na função entre uma moral comum e uma *moralsh* pra justificar o uso das mesmas palavras. Parece, então, gratuito inferir que há duas atividades diferentes a partir do fato de que duas ou mais teorias diferentes a respeito da atividade moral. Seria melhor dizer que Mackie interpreta a moralidade da mesma forma que pessoas comuns o fazem, e que ele apenas utiliza uma teoria diferente sobre o que as pessoas estão de fato fazendo. Disto

não se segue que o erro infecta a prática moral comum, nem os conceitos usados nas formas definidas por essa mesma prática.

Contudo, segundo Blackburn, um holismo relativamente comum pode ser introduzido neste momento a fim de salvar a *teoria do erro* de Mackie, qual seja: a ideia de que nossas teorias infectam nossas intenções. Isso quer dizer que uma teoria diferente sobre a natureza da atividade moral implica um sentido diferente para os termos que usamos nesta teoria; assim Mackie teria razão em dizer que os usos comuns da linguagem moral incorporam erro. Acontece que esta defesa falha, pois ao distinguir entre a atividade ou prática da moralidade e o pleno significado dos termos morais sejam determinados tanto conforme o holista, a prática moral, bem como qualquer teoria que o sujeito afirme sobre a natureza de sua prática moral, não se segue necessariamente que a prática moral de alguém seja diferente daquela das outras pessoas - as pessoas comuns -, portanto, não se segue que a prática das outras pessoas incorporam erro. O que Blackburn quer dizer é que "não se é capaz de dizer a partir da forma que alguém conduz sua atividade moral se esta pessoa está comprometida com o erro 'objetivista' ou não" (BLACKBURN, 1985, p. 4, tradução nossa). Ou seja, se ambos os sujeitos A e B possuem duas teorias diferentes a respeito da moral, isto é, teorias X e Y, mas possuem a mesma prática moral, a saber, Z significa que ambas as teorias X e Y não incorporam erro e que se há algum tipo de erro este é acidental à prática e não à teoria. Em suma, o que Blackburn quer dizer é que parece suspeito afirmar uma teoria do erro e, contudo, continuar a moralizar, assim como Mackie faz, bem como que uma defesa holista desta posição necessariamente falhará.

Considerações Finais

Como vimos, se o projetivismo proposto por Blackburn fosse adotado por Mackie, o mesmo estaria certo sobre a questão metafísica da moral (aquela de que não existem valores objetivos pois não existem qualidades, entidades ou relações correspondentes no mundo) e deveria ter sido apenas mais profundo na substituição de termos e conceitos morais por outros que fossem diferentes; em outras palavras: que o projetivista em ética deveria conduzir sua razão prática de forma diferente, pois uma *moralsh* não é a mesma coisa que uma moral comum. Porém, de forma contrária a essa objeção, devemos lembrar, há a identificação

do de uma *moralsh* quasi-realista com uma moral comum. O que seria um problema para o quasi-realista

Qual é então a tática do quasi-realista para superar essa dificuldade? A tática do quasi-realismo é dizer que aquilo que parece à primeira vista incorporar uma metafísica moral particular de segunda ordem, deve ser entendido na verdade como uma atitude de primeira ordem. Podemos dar como exemplo contrafactuais que parecem afirmar fatos morais antiprojetivistas e independentes da mente, como por exemplo, "mesmo se nós desejarmos, aprovarmos e nos satisfizermos com o espancamento de crianças, mesmo assim isto seria errado". Essa afirmação pode soar como um comprometimento realista de segunda ordem com fatos morais que seria contrária ao projetivismo. Mas conforme Blackburn isso pode ser compreendido como um comprometimento perfeitamente sensato de primeira ordem em relação de que não são nossas satisfações ou afirmações ou desejos que deveríamos olhar para descobrir se espancar crianças é errado, mas principalmente ao efeito dessas ações sobre as crianças. E se isso for bem-sucedido não há formas de argumentar que a gramática do discurso moral refutaria o projetivismo. Isso também significa que Mackie não pode corretamente usar estes aspectos da moral em suporte a sua *teoria do erro*, e ele simplesmente faz isso. Então, apropriadamente protegida pelo quasi-realismo, o projetivismo suporta e de fato explica muito de nosso pensamento moral comum.

Acontece que a explicação quasi-realista deixa uma inquietação residual. Tal inquietação se localiza na tensão entre a fonte subjetiva que o projetivismo dá para a moralidade e o sentimento forte de objetividade que a moral possui no senso-comum. E é exatamente esse sentimento que as pessoas pensam ser ameaçado pelo projetivismo. Mais especificamente, parece ser que a parte da obrigação moral que é, no final das contas, subjetiva que é uma ameaça para o senso-comum, isto é, pode a moralidade ser explicada como uma projeção de nossos sentimentos e ainda assim possuir algum tipo de poder sobre nós? Isto é resultado de um erro do projetivismo e os oponentes realistas do projetivismo argumentam que este é um ponto em que o quasi-realismo falha. Podemos notar a este respeito que quando Mackie identifica o erro do pensamento comum em sua *teoria do erro*, é o valor intrínseco ou absoluto com que certas ações são sentidas como possuindo esses valores que ele aponta como errôneo. Não é apenas o valor intrínseco da felicidade ou do prazer, porque

é menos surpreendente que esses valores devem receber uma explicação projetivista. É como se o erro dos objetivistas fosse pensar em certas coisas como obrigatórias de uma forma que não tem nada a ver com a gente, e sobre o qual não podemos fazer nada: uma maneira que poderia, em princípio, se opor a todo desejo e projeção humanos. Agora, a partir disto, pode parecer que o erro seja adotar uma moral de primeira ordem deontológica ao invés de uma teleológica. Mas, certamente, isso é errado, por Mackie não queria que o erro fosse puramente de adoção de uma moral de primeira ordem defeituosa ou não-consequencialista. Fazer isso pode ser uma consequência natural de um erro metafísico, mas não é em si mesmo um erro intrínseco à própria natureza da moralidade. Em vez disso, Mackie escolheu e optou por concentrar-se sobre a obrigação, por causa da sensação absoluta e externa que ele queria indicar e cujo sentimento não é explicável ou defensável em uma metafísica projetivista. E se ele estiver certo, então, ameaçando esta parte do sentimento de obrigação, o projetivismo de fato ameaça uma das partes mais importantes e características da moralidade, a da obrigação.

A acusação é que o projetivismo parece falsificar este aspecto da moralidade e não pode endossar este tipo de percepção da obrigação, o sentimento de objetividade e força que a obrigação possui na prática e na linguagem moral ordinária, mas deve sempre explicar este aspecto da moralidade como uma distorção fenomenológica, o que não é suficiente. E isso pode colapsar todo o projeto quasi-realista de se apropriar dos termos da linguagem moral ordinária nos moldes realistas; se esse for o caso, o melhor é mantermos não só os termos morais mas também manter o significado e endossar *prima facie* a teoria que os realistas dão a estes termos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLACKBURN, S. *Errors and the Phenomenology of Value*. In: Honderick, T. (ed.) *Morality and Objectivity. A Tribute to J. L. Mackie*. London: Routledge & Kegan Paul, 1985.

_____. *Essays in Quasi-realism*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

DUTRA, D. J. P. *O Acesso Comunicativo ao Ponto de Vista Moral*. Síntese Nova Fase v. 25 n. 83 (1998): 509-526.

FERREIRA, I. L. *Metaética: da teoria do erro ao ficcionalismo moral*. Itaca (UFRJ), v. 15, p. 364-370, 2010.

FINNIS, J. *Fundamentos de Ética*. Elsevier: Rio de Janeiro, 2012.

MACKIE, J. L. *Ethics: Inventing Right and Wrong*. Penguin: New York, 1990.

MILLER, A. *An Introduction to Contemporary Metaethics*. Cambridge: Polity Press, 2003.

MORELAND, J. P.; CRAIG, W. L. *Philosophical Foundations for a Christian Worldview*. InterVarsity Press: Illinois, 2003.